

País pode ter empréstimo do FMI

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — Num encontro de menos de duas horas, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, acertou ontem com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, o início imediato da negociação de um acordo de tipo stand by com a duração provável — mas ainda não definida — de 18 meses. O acordo deve representar um empréstimo de US\$ 2 bilhões.

A missão técnica do FMI, chefiada pelo chileno Thomas Reichmann, embarca no fim de semana para Brasília. A tarefa imediata será concluir a consulta anual sobre as contas do País, que foi interrompida pela sucessão no Ministério da Economia, no começo de maio. Esse trabalho, que Marcílio classificou de “extremamente importante para firmar a credibilidade do Brasil”, estabelecerá também as bases sobre as quais o acordo de estabilização será negociado. Nessa fase, o comando da missão do

FMI passará ao argentino José Fajgembbaum, que substituiu Reichmann na chefia da divisão da organização encarregada de acompanhar a economia brasileira.

Marcílio evitou fixar prazo para a conclusão da negociação, mas disse que o desejo do governo é “acelerar os entendimentos e concluí-los o mais rapidamente possível”. A propósito, ele lembrou que a equipe encarregada da negociação da dívida com os bancos, chefiada por Pedro Malan, encerra hoje em Nova York o périplo que realizou pelos centros financeiros internacionais, para vender o acordo sobre os juros atrasados. As conversas sobre o estoque da dívida começam no fim do mês, indicou o ministro, quando o governo já deverá ter terminado de montar as diferentes opções que oferecerá aos credores privados para reduzir e refinarçar as obrigações externas.

Num gesto calculado para projetar confiança no sucesso da negociação, o governo brasileiro desinvocou formalmente ontem a cláusula de balanço de pagamentos do Acordo Geral

de Comércio e Tarifas (Gatt), que o País vinha usando há anos para justificar a manutenção de políticas protecionistas. A partir de 1982, sucessivos governos citaram a dívida externa para explicar a imposição de barreiras às importações. “Embora o problema da dívida continue, ao deixar de usar esse argumento o governo está dando sinal de que confia na sua resolução”, disse um diplomata brasileiro.

O ministro da Economia procurou demonstrar que está confiante também no êxito da atual política antiinflação. “Não estamos projetando nenhum aumento da inflação e achamos que o processo continua sob controle”. Ele disse também que a restituição dos cruzados retidos no Banco Central “não terá nenhum impacto fiscal”. Perguntado sobre as dificuldades que enfrentará para manter as contas públicas equilibradas, disse que recebeu “indicações da maioria dos governadores de que eles estão dispostos a colaborar com o governo federal.”